

CORREIO NACIONAL



Joedson Alves/Agência Brasil

Celular Seguro começa a emitir alerta de bloqueio

A partir de agora, quem ativar o celular que teve alerta de bloqueio emitido pelo programa Celular Seguro, vai receber uma notificação avisando que se trata de um aparelho roubado, furtado ou perdido. As mensagens serão enviadas assim que um novo chip for inserido no aparelho que teve a restrição ativada. O alerta vai para o WhatsApp do usuário, enviado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio de dois números de telefone ofi-

ciais: 2025-3003 ou 2025-3000. Quem receber esse alerta fica ciente de que se trata de um aparelho que pode ter sido roubado ou furtado, e deve acessar o site do programa Celular Seguro para receber instruções sobre o que fazer. A pessoa que receber o alerta precisa ir a uma delegacia de Polícia Civil, para regularizar a situação e apresentar a nota fiscal do aparelho. Se não tiver a nota para comprovar que é a dona do celular, o aparelho deve ser devolvido.

Banda larga fixa no país

Atualmente, 93% dos domicílios brasileiros já contam com acesso à banda larga fixa. O dado foi apresentado pelo secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Hermano Tercius, nesta terça-feira (8/4). Segundo ele, além das políticas públicas eficazes

implementadas pelo governo, o avanço da conectividade no país também é resultado do trabalho realizado por pequenos provedores de internet, que têm desempenhado um papel fundamental na expansão dos serviços — especialmente em áreas mais afastadas dos grandes centros.

Titulação Quilombola

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária assinaram, na tarde desta terça uma portaria conjunta no âmbito do Programa Aquilomba

Brasil. O normativo, que institui o Plano de Ação da Agenda Nacional de Titulação Quilombola, foi assinado em uma cerimônia no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, em Brasília. “Estamos oferecendo esperança com esse documento”, disse a ministra Anielle Franco.

Recorde de investimento em cultura

As parcerias do Ministério da Cultura (MinC) com investidores e incentivos da cultura seguem mostrando resultados positivos para o fortalecimento da Lei Rouanet, principal política de incentivo a projetos culturais do Brasil. O valor captado, de janeiro a março de 2025, ultrapassa R\$ 305

milhões e representa quase 71,3% a mais que o valor captado em 2024 que, no mesmo período, foi de R\$ 178 milhões. Para a ministra da Cultura, Margareth Menezes, os dados são promissores e reforçam o compromisso do MinC em nacionalizar os recursos para as políticas de fomento cultural.

Valorização de idosos

A revista em quadrinhos “Turma da Mônica em: Intergeracionalidade” narra a história de Xabéu, irmã mais velha do personagem Xaveco, e de sua avó, Dona Xepa, em uma jornada de aprendizado sobre o envelhecimento e a valorização da pessoa idosa. A trama também

explora os desafios que podem surgir entre diferentes gerações devido a distintas visões de mundo e aos estereótipos associados à velhice, que resultam em discriminação e preconceito. Além disso, aborda o impacto desses fatores na dignidade e na saúde das pessoas idosas.

‘Armadilha’ contra a dengue

O IOC/Fiocruz assumiu coparticipação na patente de um larvicida contra o Aedes aegypti, vetor da dengue, Zika e chikungunya. Desenvolvida junto a universidades estrangeiras, a tecnologia usa cápsulas de óleo de laranja revestidas com fermento de padeiro para matar

larvas do mosquito. “São dois ingredientes totalmente biodegradáveis: óleo de laranja encapsulado em leveduras, ou seja, o fermento utilizado para fazer pão”, descreve o chefe do Laboratório de Bioquímica e Fisiologia de Insetos do IOC, Fernando Ariel Genta.

80 municípios prioritários para ações contra dengue

Proposta da Saúde é reduzir os casos graves e os óbitos

O Ministério da Saúde anunciou nesta terça-feira (8) uma lista de 80 municípios classificados como prioritários para ações de controle da dengue. Desses, 16 ainda não haviam sido incluídos na estratégia de vacinação contra a doença e devem passar a receber as doses. Segundo a pasta, o estado de São Paulo concentra 55 municípios que integram a lista, seguido pelo Paraná, com 14 municípios, pela Bahia e pelo Pará, com três municípios cada, por Goiás e pelo Acre, com dois municípios cada, e pelo Rio Grande do Norte, com um município.

A estimativa do ministério é que cerca de 68 milhões de pessoas vivam nesses 80 municípios, selecionados por registrem alta transmissão de casos de dengue - mais de 50 casos por 100 mil habitantes - ou casos da doença em ascensão. Todos os municípios da lista, segundo a pasta, registram ainda uma população de mais de 80 mil habitantes e, portanto, maior possibilidade de sobrecarga assistencial em caso de surtos de dengue. De acordo com a secretaria de Vigilância em Saúde e



Antônio Cruz/Agência Brasil

Segundo a pasta, o estado de São Paulo concentra 55 municípios que integram a lista

Ambiente, Mariângela Simão, a proposta é reduzir os casos graves e os óbitos por dengue. A pasta planeja, por exemplo, mobilizar a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) no intuito de reorganizar a rede assistencial dos municípios selecionados. Segundo ela, o ministério está preparado para ofertar até 150 centros de hidratação com até 100 leitos cada nos municípios que integram a lista, com

um investimento de até R\$ 300 milhões. “A hidratação, no caso da dengue, é a diferença entre a vida e a morte”, ressaltou a secretária. Mariângela destacou que a pasta pretende realizar ainda, em parceria com estados e municípios selecionados, uma busca ativa de não vacinados e de pessoas que não completaram o esquema vacinal contra a dengue e que seguem com a

segunda dose pendente. O ministério também se comprometeu a monitorar os estoques da vacina contra a dengue nos municípios classificados como prioritários e garantiu o abastecimento de todas as 80 cidades que integram a lista. “Reforçamos a orientação para não haver perda de vacina”, destacou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, se referindo às datas de vencimento das doses.

Barreiras travam aborto legal no país

Por causa de uma série de barreiras estruturais, o Brasil viola “suas obrigações básicas”, indo contra a própria legislação e as leis internacionais, por não garantir a oferta de aborto legal no país, aponta o Instituto O'Neill, em manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Abrigado pela Universidade de Georgetown, nos Estados Unidos, o instituto é o único credenciado como colaborador direto da Organização Mundial da Saúde (OMS), auxiliando a instituição em questões legais relacionadas aos campos da saúde e dos direitos humanos. Na semana passada, o instituto pediu para ingressar como amicus curiae (amigo da Corte, apto a apresentar informações relevantes ao julgamento) na ação em que a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abraco) pede que seja reconhecido o estado de coisas inconstitucional em relação à oferta do aborto legal no país. O relator é o ministro Edson Fachin.



Paulo Pinto/Agência Brasil

Instituto encaminhou manifestação ao Supremo

No pedido encaminhado ao STF, o instituto destaca a escassez de serviços e equipes treinadas como uma das principais barreiras ao aborto legal no Brasil. Atualmente, há apenas 88 serviços de referência cadastrados para a interrupção da gravidez em todo o país, distribuídos por 55 cidades, o equivalente a 4% dos municípios brasileiros. Não há sequer um serviço do tipo por estado. O Pará,

estado de dimensões continentais, por exemplo, tem apenas um serviço de aborto legal. Em todo o país, existe apenas um programa de telemedicina dedicado ao atendimento para o aborto legal, que funciona no Hospital Universitário de Uberlândia, em Minas Gerais, salienta o instituto. “Nesse sentido, ao dispor de tão poucas unidades de saúde que realizam o aborto legal, e somente uma que realiza o pro-

cedimento por telemedicina, o Brasil incorre em violação de suas obrigações básicas, e por consequência da interdependência dos direitos, ao direito à saúde, direito à vida, à não discriminação e à igualdade”, diz o texto apresentado ao Supremo. A falta de acesso ao aborto legal é discriminatória com mulheres e meninas, já que representa uma ameaça à vida desse público específico, denuncia o instituto. Conforme estabelecido pela OMS, estima-se que até 90% das mortes de gestantes no mundo poderiam ser evitadas pela oferta de serviços como os de aborto legal. Nos poucos serviços disponíveis no país, inexistem protocolos adequados para os casos de aborto legal, com a aplicação de métodos que não estão de acordo com as evidências científicas mais recentes. Desde 2005, uma portaria do Ministério da Saúde estabelece o passo a passo em caso de atendimento para o aborto legal.

STF

Assistência religiosa a presos é constitucional

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou na segunda que todos os presos têm direito à assistência religiosa e podem solicitar o benefício, que é previsto na Constituição e na Lei de Execuções Penais. A declaração do ministro foi motivada por um requerimento feito ao STF pelo deputado federal Sóstenes Cavalcanti (PL-RJ), líder do partido na Câmara, para que os réus pelos atos golpistas de 8 de janeiro possam receber assistência religiosa. Na decisão, Moraes julgou o pedido coletivo prejudicado, por entender que o benefício já é garantido e deve ser feito diretamente pelos réus.

PGR

PGR denuncia ministro por desvio de emendas

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma denúncia contra o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, por supostos desvios em emendas parlamentares quando ele era deputado federal. A acusação formal foi apresentada na semana passada ao ministro Flávio Dino. O processo corre sob sigilo. O envio da denúncia foi revelado pelo portal UOL. A denúncia tem relação com as suspeitas de uso indevido de recursos públicos para a pavimentação de estradas que dão acesso a propriedades da família de Juscelino Filho na cidade de Vitorino Freire (MA).

STJ

Centro Judiciário de Soluções de Conflitos

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) inaugura, no dia 22 de abril, a partir das 18h30, o espaço que vai abrigar as atividades do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos do STJ (Cejusc/STJ), localizado no segundo andar do Edifício da Administração. Estão previstas na cerimônia as participações do presidente do STJ, ministro Herman Benjamin, e da coordenadora do Cejusc/STJ, ministra Nancy Andrighi, além de outras autoridades. O novo espaço foi cuidadosamente projetado para receber as partes interessadas na resolução consensual de seus conflitos.

TCU

TCU fiscaliza compra de notebooks para escolas

O Tribunal de Contas da União (TCU) acompanha, sob a relatoria do ministro Jorge Oliveira, o processo de aquisição, por meio de Registro de Preços Nacional (RPN), de tecnologias educacionais, sob responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no valor estimado de R\$ 25 bilhões. “Quando são poucos ou quase nulos os conhecimentos sobre as potencialidades das tecnologias digitais no contexto da educação formal, a aquisição pretendida pelo FNDE mostra-se extremamente relevante para atender a essa demanda”, contextualiza o ministro Jorge Oliveira, relator.